ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 5/2026

Sessão realizada no dia 26 de junho de 2026, na sala de Sessão do Município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal ----------

Hélder Alexandre Gil Guerreiro (CDU) ----------

Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos (MAIS) ----------

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS), substituído pelo Sr. Fernando Martins ----------

Maria Antonieta Rombão Lopes (CDU) ----------

Paulo César Lála de Freitas (MAIS), substituído pela Sra. Mónica Venturinha ----------

Augusto José Matos Figueira Filipe (PPD/PSD) ----------

Ricardo Eugénio Pinto Rodrigues (CDU) ----------

Gil Vasco da Silva Gonçalves (MAIS) ----------

Vânea da Cruz dos Anjos (PS) ----------

Ana Isa Plácido Correia (CDU) ----------

Rui Manuel Gonçalves da Cruz Lima da Silva (Chega) ----------

Orlanda de Almeida Ramos (MAIS), substituída pelo Sr. Fábio Faustino ----------

Antonio da Silva dos Santos (CDU), substituído pela Sra. Inês Justo ----------

Ana Rita da Conceição Cruz (PPD/PSD) ----------

João Paulo da Silva Santos (PS), substituído pelo Sr. Pedro Lança ----------

Soraia Cristina Pinela Brites Pereira (MAIS) ----------

Telma de Jesus Coutinho Dias (CDU) ----------

Hélder Martinho Gonçalves de Campos (CDU) ----------

João David Plácido Soares (MAIS) ----------

Amélia João Chamorro Nunes (PS) ----------

André Jorge Neves da Luz (PPD/PSD) ----------

Sílvia Isabel Venturinha Jermias (CDU) ----------

José Pedro do Nascimento Arsénio (PS) ----------

Presenças da Câmara Municipal de Sines: ----------

Presidente: Álvaro dos Santos Beijinha ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Vereadora: Fernanda Maria da Silva Duarte----------

Vereadora: Ana Isabel Dias Correia ----------

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria ----------

Vereador: Jorge Miguel Baião Mestre ----------

Vereadora: Ana Filipa das Neves Aveiro Guerreiro ----------

Vereador: Miguel Luís da Silva Tabosa Vaz ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines Marisa Santos deu início à ordem de trabalhos da Sessão Ordinária de vinte e seis de junho de dois mil e vinte e seis, pelas 21h00, cumprimentando todos os presentes. Deu nota que, considerando a ausência por razões de assistência à família da primeira Secretária, esta foi substituída pelo segundo Secretário, originando depois a sua substituição neste caso pela Senhora deputada Soraia Pereira. ----------

A- Intervenção do público ----------

Nos termos do regimento, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines Marisa Santos, concedeu a palavra aos munícipes presentes que pretendessem intervir.----------

ROTUNDA PIDWEL ----------

O munícipe **Alexandre Cortes**, abordou o assunto sobre a intervenção da rotunda Pidwel, e a necessidade de ser construída com a condicionante que surgiu, relativamente à construção do edifício junto ao Salão da Música. Referiu que a rua Pedro Álvares Cabral, há cerca de quarenta anos que tem dois sentidos e com a construção do edifício que foi permitido ocupar todo o espaço da construção anterior e não seguir o alinhamento da urbanização de Ferreira com um passeio com um metro, ficando apertado e para ter passeios como consta no projeto que a Câmara Municipal apresentou, a rua passa a ser de um sentido. A rotunda deixará de ter significado, porque a diminuição de trânsito seria evidente ficando só o sentido ascendente da rua Pedro Álvares Cabral.

Acrescentou que o trânsito como não pode fazer trajetos na rua Pedro Álvares Cabral, é desviado através de uma travessa para o Rossio, ou contorna a Câmara Municipal, passando por zonas complicadas de trânsito, como o Largo de S. Sebastião junto a igreja de S. Sebastião para São Marcos, passando pelo cruzamento do Alcarial e pelo acesso aos Infantários Conchinha e Pintainho. ----------

O Munícipe sugeriu que fossem colocados sinais com o objetivo de se poupar cerca de quinhentos mil euros, não se reduziria o número de estacionamentos na urbanização Pidwel e não se diminuiria o espaço verde que existe há cerca de trinta anos. Solicitou que o projeto fosse repensado.---------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, referiu que relativamente à questão da rotunda Pidwel, respeita a opinião do senhor, relembrando que a empreitada já tinha sido lançada e o concurso público ficou deserto, referiu ser um projeto do executivo anterior que considera ser prioritário.. As rotundas são formas de regular o trânsito e de dar segurança ao trânsito rodoviário. Na empreitada em concreto irão ser colocados passeios na rua que não existem, as pessoas circulam sem qualquer tipo de segurança e presumiu que o concurso público ainda não tinha sido lançado pelo anterior executivo, ficando deserto, e o atual executivo voltou a lançar o concurso público porque consideram que é de facto uma prioridade. Mais acrescentou que foram vários os relatos que teve, de situações no passado, de acidentes que ocorreram com alguma regularidade, e as pessoas colocam a necessidade de ser uma obra prioritária. Para além disso, a obra tem acesso a fundos comunitários, foi candidatada a financiamento comunitário e por isso a Câmara Municipal poderá ter a possibilidade de a efetuar com uma comparticipação que pode chegar aos oitenta e cinco por cento, por isso, tem que se aproveitar. A proposta foi deliberada em reunião de Câmara, e refere, se bem se recorda, ter sido aprovada por unanimidade, ou seja, houve um consenso de todas as forças políticas com assento na Câmara Municipal, se bem se recorda, todos consideraram que efetivamente seria uma prioridade independentemente de respeitar a sua opinião. ----------

---

LIXEIRA DE PORTO COVO----------

O munícipe **Vítor Reis**, referiu que na última Assembleia Municipal, o deputado Augusto Filipe levantou a questão da lixeira de Porto Covo, causando-lhe algum mal-estar, alguma celeuma no Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo. Referiu que é um assunto que causa muito incómodo, abordando o mesmo, desde o início da campanha eleitoral, nas reuniões em que esteve presente com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, e na última Assembleia Municipal. ----------

Mais acrescentou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, referiu que na última Assembleia Municipal, tal como se encontra em ata, fez o que podia para recolher o lixo nos contentores e a sua colocação seria responsabilidade da Câmara Municipal. Na sessão de

Assembleia Municipal, o munícipe Vítor Reis, referiu ter passado aos seus deputados municipais para que colocassem e foi o que foi feito. Não entendeu a questão da celeuma. ----------
Mais acrescentou, que o PSD já se preocupava com o lixo em 2021, sublinhando ter ficado muito orgulhoso dos seus antecessores se preocuparem com a limpeza de Porto Covo, e agradeceu aos que cá estiveram. Referiu continuar a preocupar-se com a imagem e com o saneamento da terra, e com o pouco apoio que o governo disponibilizou às Autarquias e às Juntas de Freguesia. Acrescentou que apesar de fazer parte do mesmo partido do governo, não irá deixar de lutar por Porto Covo e pelas pessoas que o elegeram independentemente das decisões do Governo, aproveitou para agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à Senhora Vereadora, porque há mais de seis meses que a lixeira vinha a crescer e o compromisso foi que começariam a tratar na semana seguinte, e a lixeira está praticamente derrotada, ou seja, neste momento já não tem o mesmo aspeto. Espera então que agora sigam com o resto do plano que o Senhor Presidente tinha dado a conhecer, que seria colocar os contentores para que os resíduos mais poluentes não fiquem no solo. ----------

O Senhor Presidente, Álvaro Beijinha informou que não iria comentar, porque o mais importante seria resolver-se o problema, e de momento, o mesmo encontra-se praticamente resolvido. -------

---

VALAS NA ESTRADA DE ACESSO À PRAIA DA COSTA DO NORTE ----------

A munícipe **Maria João**, apresentou um assunto que já tinha apresentado ao anterior executivo, que tem a ver com valas abertas na estrada de acesso à Costa do Norte, referindo continuar sem ter acesso ao seu terreno, à exploração agrícola e animais que encontram desde fevereiro sem assistência da veterinária. Referiu estar cansada de enviar e-mails para a Câmara Municipal, não tendo obtido qualquer resposta, pretende saber se existe algum plano porque está a ser instalado um portão e a partir do momento em que for instalado numa via que é usada há duzentos anos, que tem postes de um lado e de outro e que neste momento estão a colocar fibra ou cabo, questionou como é que o caminho não poderá ser considerado um caminho vicinal. Salientou que falou em nome de todos proprietários que se encontravam na reunião. ----------
Acrescentou que a estrada é o único acesso à praia da Costa do Norte e desde fevereiro encontra-se bloqueado porque o senhor abriu valas, os jipes ao passarem taparam as valas e o senhor com uma escavadora abriu duas valas gigantes que atravessam a estrada com mais de dois metros e meio de altura. Nas primeiras valas caiu e teve que ter cuidados hospitalares, também caíram outros

familiares. As visitas de escolas tiveram de saltar as valas com as crianças. e não existe neste momento nenhum acesso à praia, informou ainda que os Bombeiros Voluntários de Sines já estiveram no local, bem como a Proteção Civil, tendo elaborado um relatório sobre o perigo extremo existente. Se houver um fogo não existem meios de socorro que consigam entrar, o portão encontra-se feito, foi possível efetuarem sapatas de cimento enormes, A munícipe Maria João necessitou vedar o seu terreno que se encontra mesmo ao lado, e não foi possível utilizar cimento, os postes encontram-se caídos porque só podiam ser enterrados na areia, no entanto, encontram-se escavações enormes com sapatas de cimento gigantes prontas para colocar o portão e impedir de vez todo e qualquer acesso à praia. A munícipe continua a não ter acesso ao seu terreno, só pelo caminho de um vizinho, o Senhor Coelho. A munícipe questionou sobre o que faltará para ser considerado um caminho vicinal tendo todas as características, e com mais de duzentos anos, composto por seis metros de largura e com bastante utilização, inclusive, a Câmara Municipal colocou nesses caminhos os marcos da etapa sete da Rota dos Caminhos de Santiago, que passa pela estrada em questão, que faz parte dos roteiros , bem como os passeios de todo o terreno. -----

O munícipe **António Silva Costa**, explicou que cortou o acesso aos moradores em questão e à sua esposa, familiar do senhor. ----------

Foi comunicado à GNR da colocação de um portão, dirigindo-se esta ao local para tirar fotografias.

Mais referiu que provavelmente irão efetuar exploração de areão, efetuaram um furo para exploração de água que, secou os furos das pessoas que residem perto, colocando em risco o fornecimento de água.----------

---

O Senhor Presidente, Álvaro Beijinha, informou ser um tema complexo do ponto de vista jurídico, e que procuraria principalmente dar alguma informação, sem desresponsabilizar aquilo que é o papel da Câmara Municipal. ----------

Relativamente à temática dos caminhos públicos ao efetuar-se uma pesquisa na internet, verifica-se que existem dezenas, centenas de acórdãos sobre o que é a natureza do caminho público. Não existe lei que informe o que é um caminho público, existe uma lei muito antiga ainda dos anos vinte que vem aflorar aquilo que são os caminhos vicinais e os caminhos municipais, havendo depois um Assento que é uma figura que atualmente não existe, que era uma decisão de um tribunal superior da qual já não se podia recorrer e que fazia «lei», atualmente no sistema jurídico em

Portugal não existe e referia que os caminhos públicos são caminhos imemoriais, ou seja, de que toda a gente se recorda. Foi referido na reunião que há duzentos anos que as pessoas se recordam que circulavam e ainda circulam pessoas, ou seja, não só os proprietários ou as pessoas que residem nas imediações. ----------

Mais acrescentou que a jurisprudência veio a ser não uniforme na matéria e atualmente estará assente que para além dos dois aspetos, liguam duas localidades e aqui a questão começou a ser mais subjetiva, porque as coisas evoluíram, estamos a falar dos anos vinte e agora passados cem anos, muitos desses caminhos deixaram de ter uma utilização pelo púbico em geral, deixaram de ter ligação em duas localidades, até porque o conceito de localidade da altura não é como na atualidade, havia dois ou três montes e já era considerado uma localidade. A jurisprudência tem matérias com decisões muito contraditórias entre os próprios tribunais. A Câmara Municipal chegou à conclusão que tem mais de um ano, ou mais ou menos um ano em que a situação se levantou, referindo que será dada nota do que a Câmara Municipal efetuou desde essa altura. -----

Salientou que os caminhos para serem municipais têm que estar cartografados como caminhos ou como estradas municipais e o caminho em questão não é municipal. Não sendo municipal e mantendo o princípio que é público, ele é vicinal. Sendo vicinal tem responsabilidade da Junta de Freguesia, embora não tenham os meios e os recursos que as Câmaras Municipais têm, dessa forma acaba por ser a Câmara Municipal a efetuar a avaliação e acompanhamento, porque as Juntas de Freguesia normalmente não têm juristas, não têm fiscalização, não têm meios técnicos para acompanhar estes processos. ----------

Mais acrescentou que, após a reclamação da senhora Maria João foram tomadas um conjunto de diligências pela Câmara Municipal e foi minutado um ofício dirigido salvo erro em junho do ano passado que era para ser assinado pelo anterior Presidente da Câmara Municipal e por lapso não existiu essa notificação. Referiu que a minuta de ofício em questão apresenta o historial do processo e a reclamação, ou seja, o conhecimento dos factos de março de 2025, ou seja, há mais de um ano a Câmara Municipal tomou a diligência junto da GNR, foi ao local com a fiscalização e depois o que é mais relevante é que participou ao Ministério Público, deu conhecimento ao ICNF que tem jurisdição naquele território, à APA que tem a ver com a questão do acesso às praias, também à própria Junta de Freguesia de Sines e também à CCDR Alentejo. ----------

Daquilo que é conhecimento da Câmara Municipal, todas estas entidades não tomaram qualquer diligência. Salientou que, sendo um caminho vicinal o quadro de competência e a decisão sobre

este processo cabe claramente à Junta de Freguesia e não à Câmara Municipal, mas naturalmente que nós queremos e já falámos sobre isso dar todo o apoio à Junta de Freguesia para a gestão do processo. Mais referiu que a Câmara Municipal e a Junta de freguesia, são entidades completamente diferentes e que têm os seus eleitos, foram os eleitores que os elegeram e por isso têm a sua autonomia dentro daquilo que são os seus quadros de competências.----------

O Senhor Presidente salientou que se deveria questionar o Ministério Público e todas as outras entidades que têm jurisdição sobre o território, sobre o que fizeram ou não até ao dia de hoje, e caso não tenham feito, justificar A Junta de Freguesia se considerar ser um caminho público vicinal terá que dar nova ordem de reposição da legalidade, se o senhor não cumprir voltar a participar ao Ministério Público por crime de desobediência e tentar que a GNR acompanhe este tipo de natureza o que por vezes tem algumas dificuldades, porque fica na dúvida se o caminho é público ou não porque ouve a Junta de freguesia e a Câmara Municipal a informarem que o caminho é público e depois ouve o proprietário a dizer que é privado e a GNR não é o tribunal e fica muitas vezes na dúvida.----------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, apresentou uma situação semelhante quando tinha funções no Município de Santiago do Cacém, no caso, não havia dúvidas porque era um estradão que seria pavimentado com iluminação pública e circulavam muitos carros diariamente. Não havia dúvida ser um caminho público. No processo de pavimentação através de uma empresa, o senhor era uma pessoa agressiva, ameaçando que matava e o Senhor Presidente solicitou às pessoas não irem para lá porque se houvesse uma desgraça ficaria com o peso na consciência. Falou com a GNR, a GNR inclusive pediu gratificados para ir ao local. Tinha havido a uma situação não há muito tempo, de uns indivíduos que se penduraram no viaduto na A5, por causa das alterações climáticas e abordou a GNR, dizendo que « foram tirar os indivíduos porque estavam amarrados, e por cima de uma autoestrada, que era uma estrada pública, no caso apresentado, também não há dúvida nenhuma porque existe um indivíduo a ameaçar as pessoas que pretendem efetuar a pavimentação, questionando a GNR, se não iriam tomar qualquer posição. Entretanto, efetuou-se uma ação porque o senhor tinha inclusive, feito uma vala para os carros não passarem, repôs-se a legalidade e ele, entretanto fez uma coisa que este senhor também poderá fazer se o caminho for este, avançar para a colocação de uma Providência Cautelar. O Senhor colocou uma Providência Cautelar, a Câmara Municipal não pôde atuar porque o tribunal decidiu que a Câmara Municipal não podia atuar até se discutir, até se decidir se o caminho era público, mas a reposição da

legalidade foi feita, ou seja, daquilo que sabe, porque deixou de acompanhar, as pessoas circulam na estrada, sem a pavimentação efetuada, porque entretanto o tribunal suspendeu essa medida. ----------

---

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, sugere que se ordene a reposição da legalidade e, caso o senhor não cumpra, deve participar-se criminalmente por crime de desobediência e tentar junto da GNR, e neste caso tem que ser a Câmara Municipal que tem maquinaria para ir lá, repor a legalidade, a segurança, aliás, a GNR salvaguardar a segurança de quem irá efetuar o trabalho e porventura o senhor o que pode fazer é recorrer aos meios judiciais que podem eventualmente impedir que a Câmara Municipal efetue o trabalho. ----------

Acrescentou ainda que a avaliação feita pelos serviços da Câmara Municipal refere ser um caminho vicinal que é público. A Câmara Municipal irá atuar desta forma o mais breve possível, mas terá que ser articulado com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sines. ----------

A munícipe **Maria João**, questionou outra situação que talvez pudesse ajudar ao processo. Sendo considerado uma operação urbanística e a pessoa em questão ter referido ter autorização da Câmara Municipal para essa operação urbanística, questionou se tem autorização da Câmara Municipal, acrescentou ainda, sendo uma operação urbanística, julga que seja necessária uma autorização. Por medidas de segurança, os Bombeiros Voluntários referiram que não irão ao local e existe também parecer da Proteção Civil. ----------

Referiu que o senhor passa pelos terrenos de todos dos proprietários para chegar ao seu terreno, são cerca de quatro ou cinco terrenos, que terá de atravessar., se todos os proprietários colocassem portões, não entraria qualquer viatura. ----------

---

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, informou não ter conhecimento se a Câmara Municipal deu autorização porque se o caminho for público e ele estiver a fazer uma vedação junto ao caminho público ele tem que pedir licença à Câmara Municipal, a questão será não existir dúvidas se o caminho será público ou vicinal. Sugeriu com base no seu conhecimento, se porventura se chegasse à conclusão que o tribunal decidisse que o caminho não era público, era particular, os senhores terão formas de recorrer para que permita o acesso pelo seu caminho, porque mesmo dentro do direito privado ninguém pode ficar com um prédio encravado, os vizinhos têm que permitir a passagem, tal como o senhor passa pelo vosso caminho. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

B - Período Antes da ordem do dia ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, questionou os Senhores deputados se se querem inscrever no ponto, dando a palavra aos mesmos.----------

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), afirmou que tinha duas questões, uma delas pensa que depois o Dr. Barbosa poderá explicar, referindo ser mais uma dúvida que tem a ver com o parecer das contas da Teles e Associados, em que eles se escusam a opinar sobre a qualidade das contas. -

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, intervém para solicitar ao deputado Augusto Filipe que assuntos que estão na Ordem do Dia sejam discutidos no ponto da Ordem do Dia.----------

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), pede desculpa à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, dando continuidade às questões a colocar, referindo ter uma preocupação e pensa que todos os Sineenses têm com algo de estranho que está a acontecer na Repsol. ----------

Referiu ter trabalhado cerca de quarenta anos quando saiu do serviço militar, foi funcionário da então era a EPSI, e já acontecia às vezes o que chamavam "a fábrica caiu", mas a fábrica está a cair muitas vezes e existe os problemas do fumo, toda a gente diz enquanto houver fumo é porque estamos todos bem e é sinal que está a sair e a subir na atmosfera, mas um dia verifiquei o fumo a baixar e a cair na Sonega, em Porto Covo e por todo o lado. ----------

Questionou se a Câmara Municipal poderá interpelar, todos precisamos da Repsol, é um grande empregador e uma empresa importante na vida do nosso Concelho. Sugeriu ainda tentar entender se será uma situação temporária, se irá ter uma solução porque repete muitas vezes, ora com ruídos, e outras vezes é com fumo. ----------

A outra questão teria a ver com a dívida das associações desportivas e culturais para com a autarquia em virtude daquele problema dos transportes, as comparticipações dos transportes que se foram acumulando ao longo de quase uma dezena de anos eventualmente. Referiu ter efetuado um pedido à Câmara Municipal, voltado a efetuá-lo na Assembleia Municipal, para que se esgotassem todos os mecanismos possíveis para acabar com essa dívida, referindo poder estar a causar dificuldades no recrutamento para o associativismo, todos sabemos quando se apoia uma associação podemos ser responsabilizados pessoalmente por tudo o que lá se passa e ao entrarmos estamos a assumir os passivos que existem, portanto isso pode ser fator inibidor de pessoas se chegarem à frente como nós costumamos dizer. Mais referiu que o Vasco da Gama já teve duas ou três direções, começa a ser preocupante a quantidade de associações com problemas nas suas

direções e penso que isso seria um passo importante se essa dívida conseguisse ser extinta para que houvesse uma nova vida e depois estudar uma forma de se poder ajudar as associações a que consigam ter os transportes para os miúdos e para os seus atletas com um custo mais reduzido, por forma a que consigam sobreviver. ----------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, informou que, quanto à questão da Repsol, tem-se assistido episódios que têm a ver com o arranque da nova fábrica. O Senhor Diretor tem mantido a Câmara Municipal ao corrente, normalmente anteveem que aquilo vai acontecer e avisam, ou ligam previamente. A Câmara Municipal tem apelado para que situação seja resolvida, embora compreenda a complexidade da fábrica. O Senhor Diretor, referiu serem questões de carácter operacional, sendo inevitável. Mais acrescentou que a Câmara Municipal tem a ver com tudo o que se passa no território, mas do ponto de vista da fiscalização não é a Câmara Municipal que terá a competência de fiscalização nas unidades industriais daquela natureza. Presumindo que a fábrica naturalmente deve ter sido alvo de avaliação de impacte ambiental antes de ser licenciada e presumiu que os episódios correntes, tenham sido equacionados como possibilidades que possam acontecer. A Câmara Municipal vai acompanhando, referindo não saber como é que a Câmara Municipal conseguirá ter uma intervenção para resolver o problema, porque os próprios são especialistas e técnicos, sendo, naturalmente difícil, mas referiu compreender a preocupação e a questão. ----------

Quanto à questão das dívidas de transportes, presumiu que na última Assembleia de fevereiro tomou-se a decisão de não cobrar mais, porque pode levantar questões jurídicas e o regulamento continua em vigor. A Câmara Municipal, encontra-se numa fase de alteração ao regulamento, com transição de chefias de divisão. Mais acrescentou haver um novo chefe de divisão, o professor Ricardo Vidigal, teve orientações nesse sentido. Mais referiu que os regulamentos municipais têm sempre uma carga burocrática grande. O Senhor Presidente solicitou que o artigo em particular fosse revogado e do ponto de vista jurídico estava a ser avaliado. Salientou não ter conhecimento do ponto de situação atual. ----------

Quanto à questão de dívidas anteriores, solicitou avaliação jurídica, referindo que quem pagou a tempo e horas irá sentir-se injustiçado com o perdão de dívida da Câmara Municipal, embora compreenda a questão, nomeadamente alguns clubes possam estar mais aflitos do que outros. Referiu possivelmente ser esse o caminho. ----------

Deverão todos os clubes ser todos informados da situação. ----------

Mais acrescentou que enquanto candidato e das várias reuniões efetuadas com os clubes, e como constava em proposta terminar com o pagamento, foi informado haver clubes com dívidas e manifestada a preocupação de quem cumpriu se iriam ser ressarcidos com todo o dinheiro que foi pago. Acrescentou ser uma matéria sensível, sem sequer falar da questão jurídica, mas do ponto de vista da equidade que poderá levantar várias leituras. ----------

---

A deputada **Ana Rita Cruz** (PPD/PSD), referiu que, conforme tiveram conhecimento pela comunicação social, aconteceu uma ação conjunta de rua envolvendo várias entidades em janeiro passado, onde foram identificadas várias pessoas em situação de sem-abrigo e vulnerabilidade social. Referiu terem duas questões e uma sugestão. ----------

Questionou, qual tem sido o trabalho desenvolvido e qual a estratégia para mitigar esta problemática. ----------

Referiu ter vindo a público, nomeadamente nas redes sociais, a ocupação de algumas habitações e terrenos que acontecem logicamente por necessidade, questionando se as mesmas serão propriedade da Câmara Municipal e se sim se existem algumas medidas para que as mesmas possam ser recuperadas e atribuídas de uma forma justa e dentro da legalidade. ----------

A sugestão, para que se possa também dar uma resposta imediata à necessidade das pessoas sem-abrigo ou outras que chegaram até nós que nós tivemos conhecimento que também têm esta problemática, com poucas condições habitacionais para fazer a sua higiene pessoal sugerimos que os balneários públicos, casas-de-banho públicas junto ao IOS possam ser melhoradas, renovadas, de alguma forma, dar aqui uma nova vida para também dar uma resposta mais eficaz às pessoas que precisam. ----------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, informou que relativamente à questão sobre pessoas sem-abrigo, iria entroncar na falta brutal de habitação que o Concelho e o Pais se deparam. O fluxo de pessoas que entram e saem de Sines com muita frequência, quase diariamente, leva a que situações como estas sejam mais frequentes. ----------

Mais acrescentou que houve uma reunião recentemente com o Serviço de Ação Social e Habitação e com o Serviço de Obras sobre o parque Habitacional Municipal que é significativo. o problema é que todo ele precisa de obras, a Câmara Municipal tem alguns fogos que estão devolutos porque não têm condições de habitabilidade, outros estão habitados e possivelmente sem condições de habitabilidade.----------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, passou a palavra à Senhora Vereadora Ana Dias, que tem o respetivo pelouro. ----------

Mais informou, que no passado houve a possibilidade de financiamento através do PRR como já foi referido para a resolução do problema através do programa 1º Direito, já agora recordar, a questão deste financiamento, o 1º Direito tem como objetivo resolver problemas da habitação, nomeadamente a pessoas que não têm habitação digna, não será para resolver um problema que terá a ver com a classe média, a falta de habitação para os jovens. A Câmara Municipal durante o anterior executivo não concorreu a este programa ou pelo menos não houve formalização com o IRU que é a entidade nacional que gere o programa.----------

A Senhora Vereadora Ana Dias Correia informou que a Câmara Municipal a efetuar alguma intervenção a não ser que consigamos alguma ajuda, terá que ser cem por cento do erário municipal e a questão que se coloca é que cada vez que temos que se intervir numa habitação que está a ser habitada, mas que não tem condições de habitabilidade, terá de haver uma alternativa para essas pessoas. Enquanto decorre a obra terão de viver noutro local. A solução de colocar as pessoas em contentores, a Câmara Municipal não concorda, por isso irá ser um caminho longo. Ao se intervir nas casas que estão devolutas, para realojar temporariamente pessoas existe a consciência que não querem voltar para as casas onde habitavam, elencando quererem sair do seu bairro. Mais referiu, ser um processo muito complexo e que se encontra a ser acompanhado. ----------

A Senhora Vereadora da Câmara Municipal **Ana Dias Correia**, respondeu à questão da habitação, referindo que irá tentar ser mais concisa e rápida na sua explicação. Em relação às casas que estão a ser ocupadas, estão sinalizadas, existe um grupo de trabalho que está a fazer o levantamento dos sem-abrigo e que a Câmara Municipal acompanha o processo. Referiu ser um processo complicado, delicado e que tem vindo a aumentar. Em relação às casas, estão sinalizadas, a GNR vai colocando ao corrente a Câmara Municipal dessas situações, contacta-se os proprietários, grande parte das casas que estão a ser ocupadas neste momento não são da posse da Câmara Municipal e os contactos são diretos com os proprietários, e nem sempre se consegue obter resposta. ----------

Em relação ao IRU, é complicadíssimo contactar com eles, é muito difícil e não se consegue resposta em relação a estas situações e a Câmara Municipal não pode intervir como o Senhor Presidente Álvaro Beijinha referiu, em propriedades que não são propriedade da Câmara Municipal. Acompanha-se as pessoas, identificam-se e tentam-se através da ação social dar o apoio

necessário às famílias. ----------

Em relação à questão dos duches, em tempos houve essa função no IOS; o balneário é partilhado também com atletas e criou-se um horário, mas ninguém cumpriu o horário, começou-se a tornar muito complicado efetuar a gestão. Do lado de dentro do IOS existe um espaço que também é casa-de-banho e a sugestão da Senhora Vereadora, e o que se pensa, será criar uma série de duches para que possa ser disponibilizado às pessoas que necessitam, mais acrescentou que aumentou de cerca de vinte para quarenta pessoas e possivelmente passará para muitos mais. A resposta de habitação em Sines como o Senhor Presidente acabou de referir não existe, a resposta do Estado não existe, e as pessoas por vezes não pensam um bocadinho nelas, não olham para a dificuldade dos outros e por vezes existe injustiça quando se aponta o dedo a quem não faz nada. A Câmara Municipal tenta por todos os meios, a equipa de habitação e as assistentes sociais, estão a efetuar um esforço tremendo para dar resposta e dar apoio a essas pessoas. Infelizmente não se consegue dar resposta a toda a gente, mas o caminho faz-se caminhando como se sabe. Referiu ser uma frase feita, sendo importante referi-la, acreditando que se possa ajudar algumas pessoas. Mais informou que o consumo de estupefacientes em Sines tem aumentado gradualmente, mas isto são surpresas que irão decorrer durante o mandato. ----------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha informou que relativamente à sugestão, infelizmente não existe balneário, a Câmara Municipal sugeriu também noutras situações, ter que se criar mais resposta a esse nível.

O deputado **André Luz** (PPD/PSD), afirma que muitas vezes vêm discutir problemas, mas refere ser a casa da democracia Sineense e gostava, em nome do PSD, do seu grupo parlamentar, mas também da sua concelhia, saudar o que para eles será bastante importante e releva bastante aquilo do que é ser sineense. Gostariam de publicamente na Assembleia Municipal a ação dos habitantes do Bairro Marítimo sobre a transformação da rua que nos deve engrandecer a todos nós como sineenses. Portanto, deixar aí esse apontamento de forma formal por parte do grupo parlamentar do PSD. ----------

Referiu saber que houve por parte do Executivo da Câmara Municipal a Presidência Aberta que decorreu em alguns locais no Concelho de Sines, apresentando preocupação por aquilo que a

história nos trouxe, relativamente ao novo Polo de Saúde do Porto Covo. Informou saber que é uma obra da Unidade Local de Saúde, e que o terreno foi facultado pela Câmara Municipal. Mostrou preocupação com o novo Polo, nomeadamente, tendo como exemplo o sucedido com o Centro de Dia, ou seja, ficou construído, esteve algum tempo com questões burocráticas por se resolver e enquanto isso as pessoas idosas estavam em contentores a passar os seus dias. Referiu que o edifício se encontra em alvenaria e que está basicamente pronto, mas preso por algumas questões burocráticas. Sugeriu que se deveria agilizarmos no sentido de retirar as pessoas do Polo de Saúde, que é num contentor que precário com má qualidade, não funciona corretamente ar-condicionado, e já apresenta um estado de corrosão bastante avançado. Sugeriu que se colocassem rapidamente todos os utentes de Porto Covo naquele local, que assim merecem. ----------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha informou que quanto à questão da valorização do Bairro Marítimo, referiu estar totalmente de acordo, o executivo foi visitar o espaço referindo ter sido uma ação claramente meritória daquelas pessoas. ----------

Relativamente ao Polo de Saúde do Porto Covo, o Executivo na Presidência Aberta esteve com a Senhora Presidente da ULSLA a visitar o local. O Senhor Presidente referiu para que não existissem dúvidas, que o Centro de Dia não é gerido pela Câmara Municipal, embora fosse a mesma a realizar a obra, a Câmara Municipal foi a dona da obra e pagou a obra, no caso do Centro de Saúde é diferente, a Câmara Municipal cedeu o terreno, mas o dono da obra é o Ministério da Saúde. ----------

A informação obtida no local tem a ver com o problema da E-Redes que não conseguem efetuar a ligação da energia, tem a ver com a certificação e que a informação que foi transmitida ao Executivo, é que o problema estaria no bom caminho para ser resolvido o mais depressa possível, o empreiteiro é que tem a incumbência, mas entretanto já passou mês ou três semanas e nada está resolvido, considerando a situação preocupante.----------

A Câmara Municipal depara-se quase todos os dias com problemas da E-Redes, provocando atrasos significativos na conclusão das obras.----------

---

O deputado **Rui Silva** (Chega), referiu pretender pedir desculpa por não ter podido estar presente na última reunião de Assembleia Municipal, porque infelizmente teve um problema grave de saúde. ----------

Mais acrescentou, ter três pontos a apresentar, o primeiro deles foi já mencionado pela bancada do Chega sobre a estrada Nacional de Morgavel que de dia para dia degrada-se. A ponte de São Torpes está a ser recuperada e o único acesso que as pessoas de Porto Covo têm para circular diariamente é a estrada de Morgavel. Questionou se a Câmara Municipal, terá algum feedback das entidades responsáveis. ----------

Mencionou em Assembleias Municipais anteriores, a falta de iluminação na estrada em frente ao restaurante Barranca. Ele inclusive há dias jantou com um grupo de amigos, colegas de trabalho e após anoitecer não tem qualquer visibilidade, referindo ser um perigo tremendo. Voltou a sugerir iluminação ou lombas para reduzir a velocidade, embora a iluminação seja urgente. ----------

Questionou se as próximas contratações abrangem um cargo para a Proteção Civil, porque o Senhor Pires deverá estar a reformar-se, poderá faltar meses ou no próximo ano. Sugeriu que se pensasse no assunto porque a Proteção Civil é composta por dois elementos e seria importante reforça. ----------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, relativamente à questão da EN 120 informou que têm reportado às Infraestruturas de Portugal os problemas existentes nas Estradas Nacionais, especificamente na EN 120 que liga S. Torpes a Porto Covo. Mais acrescentou que alertaram para o facto da ponte de acesso S. Torpes - Porto Covo ter caído, e que o tráfego iria aumentar substancialmente. Informou ainda que no próprio IC33, Concelho até de Santiago do Cacém até Grândola também estão a surgir novos buracos após terem sido tapados. ----------

Quanto à questão da falta de iluminação, O Senhor Presidente informou que a E-Redes é muito tardia nas respostas e é a empresa que gere toda a zona Sul. Mais referiu que a obra que se encontra a ser efetuada na Avenida Vasco da Gama, há cerca de quatro ou cinco meses, está difícil de chegar ao fim. O Senhor Presidente comunicou e apresentou fotografias da obra e o Senhor Diretor da E-Redes informou que se encontra a tentar resolver com o empreiteiro. O empreiteiro faltou a uma reunião agendada para o dia 26 de com Diretor de Departamento da área das obras. A E-Redes tem o monopólio porque alguém decidiu nesse sentido aqui há uns anos atrás, e por isso, não há possibilidade de se recorrer a outra empresa. A relação da Câmara Municipal não é com o empreiteiro que está a fazer a obra, é com quem tem a concessão que neste caso é a empresa E-Redes. ----------

Quanto à questão da Proteção Civil, agradeceu pela pertinência, mas a Câmara Municipal está a pensar na situação há bastante tempo pois têm consciência que o Senhor Pires estará para se

reformar para o ano e há poucos dias tomámos a decisão que a seguir ao Verão eventualmente iria ser lançado os procedimento de abertura de concurso, porque são procedimentos demorados, e para que a pessoa que possa vir desempenhar as funções, esteja durante algum tempo a aprender com o Senhor Pires, antes de se reformar. ----------

---

O deputado **Ricardo Rodrigues** (CDU), afirmou que a CDU pretendeu fazer uma saudação pela vitória dos trabalhadores. ----------

"A CDU saúda o chumbo pela Assembleia da República da proposta da revisão da legislação laboral vulgo pacote laboral. Esta proposta continha um conjunto de medidas que representavam um sério retrocesso nos direitos dos trabalhadores e da limitação dos direitos fundamentais conquistados com décadas de luta dos trabalhadores e do movimento sindical. ----------

A rejeição dessa proposta constitui uma importante vitória dos trabalhadores, dos seus representantes e das organizações sindicais que ao longo dos últimos meses desenvolveram uma intensa ação de esclarecimento, mobilização e luta em defesa dos direitos laborais e da dignidade do trabalho. Num concelho como Sines, marcado pela presença do maior porto de águas profundas do país, de um importante complexo industrial petroquímico, energético e logístico e por milhares de trabalhadores de indústrias, do porto de serviços da administração pública e da logística. A defesa dos direitos laborais mais fortes, salários dignos, de horários justos e da estabilidade no emprego assume particular relevância. ----------

A CDU reafirma a importância de valorização do trabalho, dos trabalhadores como condição essencial para o desenvolvimento económico e social do país, defendendo políticas que promovam melhores salários, a redução da precariedade, a conciliação entre a vida profissional e familiar e o reforço da contratação coletiva. ----------

A CDU reconhece o papel determinante da luta dos trabalhadores e das suas organizações representativas na defesa dos direitos laborais e sociais consagrados na Constituição da República Portuguesa, manifesta a sua solidariedade para com todos os trabalhadores que continuam a lutar pela valorização dos salários, pela estabilidade no emprego, pela redução dos horários de trabalho e pela melhoria de condições de vida". ----------

---

A Presidente da Junta de Freguesia de Sines **Sílvia Jermias**, referiu que relativamente ao problema na Costa do Norte que trouxe os proprietários à Reunião de Assembleia Municipal,

especificamente sobre este tema, queria agradecer a atenção e a articulação que a Câmara Municipal tem revelado desde o início, esta comunicação já teve duas reuniões entre a Câmara Municipal e a Junta de freguesia, referindo estarem numa fase de apresentação dos espaços, apresentação da dinâmica e futuramente já temos agendado este tipo de problemas que envolve tanto a Câmara Municipal, como a Junta de Freguesia. De qualquer das formas, este problema sendo considerado um caminho vicinal, partindo desse princípio, que independentemente das condições que temos é da responsabilidade da Junta de Freguesia, nunca foi discutido em nenhuma reunião, nem em reunião de Assembleia de Freguesia. ----------

A Senhora Presidente Silvia Jeremias, solicitou a oportunidade de ter o documento em mão, para que a pesquisa junto dos serviços seja mais célere. Se ficar com o registo do documento será mais fácil encontrar-se para então haver um ponto de ligação. Possivelmente com o Executivo anterior e com os relatos de agora, a Junta de Freguesia nas atividades que tem feito relativamente ao plogging já teve conhecimento deste assunto no terreno e reconhecemos a gravidade e toda a importância do assunto.----------

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, acrescentou que não tem o processo com ele, sabe que existia uma informação que foi efetuada para ter sido dirigida à Senhora Maria João desde junho do ano passado, pelo anterior executivo e que foi retida.----------

---

O deputado **Gil Gonçalves** (MAIS), afirmou que trazer à Assembleia duas questões. A primeira, é em relação ao parque de merendas, solicitando o ponto de situação e se vai estar aberto no Verão.

A outra questão que tem a ver com o período histórico em que se vive e que, de certa parte transcende um bocadinho aquilo que é a ação, ou grande parte daquilo que é a ação da Câmara Municipal, pensando que dada a sua importância deverá unir todas as forças políticas e deverá unir a Assembleia Municipal para termos mais força junto do poder a nível Nacional para os desafios que se aproximam para Sines. Efetuou um apanhado dos investimentos e daquilo que se encontra em curso e daquilo que tem vindo a ser anunciado para Sines, mas que depois afetará os vários Concelhos à volta. Colocando em números referiu ser mais fácil para todos perceber-se o momento da história que atualmente se vive e os desafios dos próximos anos. ----------

Em relação, por exemplo, à Start Campus, o investimento estimado só para as fábricas é um investimento de oito mil e quinhentos milhões de euros mais trinta mil milhões de euros em projetos de habilitação. ----------

O projeto Alba da Repsol tem até à data aplicados mil milhões de euros. A fábrica de baterias de lítio tem um investimento estimado anunciado de dois mil milhões de euros. O projeto de combustíveis sustentáveis da Galp são quatrocentos milhões de euros e o projeto de hidrogénio verde mais duzentos e cinquenta milhões de euros que corresponde a um total de seiscentos e cinquenta milhões de euros e o projeto de expansão do porto de Sines tem um custo anunciado de setecentos milhões de euros. O total será cerca de quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta milhões de euros para um prazo que se fala para 2030. ----------

Estima-se a isto, referindo ter tido conhecimento dos dados, não sabendo qual será a veracidade, mas a fonte é de uma entrevista que foi dada pelo Presidente da Câmara de Sines, pelo Presidente da Câmara de Santiago do Cacém e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, David Gorgulho, estima-se a chegada de quinze mil pessoas a Sines, apesar de que eu acho que ninguém consegue dizer ao certo quantas pessoas é que vêm realmente para Sines, quais serão as alturas, os picos em que chegará mais pessoas, o tempo que irão ficar, mas a este investimento todo soma-se também o facto de existir uma única Unidade Hospitalar para cinco Concelhos e o preço da habitação em Sines. Portanto, estas dificuldades estão identificadas pela Câmara Municipal de Sines, pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém, pelas Câmaras Municipais aqui à volta até Grândola. Referiu pretender colocar a questão para debate e possivelmente apresentar uma moção que, talvez se apresentasse à Assembleia Intermunicipal para não ser um Presidente de uma Câmara Municipal individualmente ou dois ou três Presidentes de Câmaras Municipais, a pedirem mais apoios para o Concelho onde presidem. Referiu que poderia ter outra força, ser a Assembleia Municipal a apresentar a moção ao Governo e esse pedido de meios, porque o que é facto é que Sines tem cerca de catorze mil pessoas, e fala-se em mais quinze mil pessoas, será o dobro da população. Claro que não vão estar cá todos ao mesmo tempo, mas estamos em junho de 2026 e toda a gente nessa altura se pergunta como é que se vai receber tantas pessoas, como é que se vai dar resposta em relação aos vários setores, habitação, saúde, espaço público, referiu ser um grande desafio não só para Sines, mas para os Concelhos vizinhos. Acha importante primeiro identificar-se não só os problemas, mas as necessidades, o que é que Sines precisa para se equipar, para receber estas pessoas, porque a transformação industrial está a acontecer. Portanto, Sines é realmente um Polo industrial fundamental não só do nosso País, mas da Europa. É de opinião de que todos os empreendimentos serão necessários para desenvolver a economia a nível do País e da Europa, para que sejamos competitivos no mercado Mundial e Sines encontra-se num período verdadeiramente

histórico e importante da nossa história. Então, é grande o desafio, se também era grande na altura do Senhor Presidente Francisco Pacheco que encontrou uma aldeia de pescadores e construiu uma Vila e deu início aos projetos industriais com a criação do Porto nos anos setenta à construção da Cidade de Sines, que o Senhor Presidente Manuel Coelho deixou. Referiu que o período em que nos encontramos não será menos histórico, nem menos importante, talvez seja o mais desafiante da nossa história, não só de Sines, mas do País. Aquilo que se espera é algo realmente desafiante, referindo ser bom, a nível de trabalho, de estímulo à economia, referindo que se deverá estar pronto para esses desafios. ----------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, informou que relativamente ao parque de merendas, a empreitada foi concluída. Referiu ter dúvidas se estará mesmo concluída formalmente, pelo anterior Executivo, referindo que se encontra vazio. Foram arranjados pensa que foram tanques, mas não têm nada. Mais acrescentou entender a pergunta, mas no quadro todo que descreveu aqui várias vezes e com todo o respeito, a Câmara Municipal tem dificuldades, quer-se resolver os problemas todos e não se resolvem nenhuns. Mais acrescentou, que a Câmara Municipal se foca naquilo que consideram ser essencial e compreendem a pertinência do assunto, mas existem prioridades onde a Câmara Municipal se encontra focada, referindo não estar esquecido. ----------

---

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos,** informou que antes de passar ao Senhor Presidente Álvaro Beijinha para responder às questões colocadas, e relativamente à última intervenção do deputado Gil, apenas referir que poderá haver interesse e acha que faz todo o sentido que a Assembleia Municipal discuta nesta sede o momento que vivem hoje no território e que é um momento histórico sem dúvida, em que está em causa o desenvolvimento não só do Concelho de Sines, mas está em causa, na verdade, o desenvolvimento com impactos ao nível de toda a sub-região e, portanto, a preparação que é necessário fazer para que se consiga internalizar os impactos positivos de todo este processo, é fundamental e sem dúvida que há uma dimensão também supramunicipal que deve estar presente. A própria Presidente, tem manifestado posição de que é, e pensa que será uma posição que vários outros não só autarcas, mas pessoas com responsabilidade em diversas entidades também partilham, que será efetivamente da necessidade de haver uma estratégia integrada de gestão deste território que contemple todas estas dimensões quer ao nível da iniciativa privada, mas também ao nível dos investimentos públicos e do reforço dos equipamentos públicos e obviamente à cabeça também as respostas ao nível da habitação que

são absolutamente fundamentais para que se consiga cumprir esse desígnio de conseguir que todo o investimento e que todos esses projetos se traduzam efetivamente na melhoria da qualidade de vida e na salvaguarda das condições de vida das populações e, portanto, tendo em conta que as próprias sessões das Assembleias Intermunicipais, têm uma lógica de realização nos diversos municípios que compõem a Assembleia Intermunicipal referiu que faria todo o sentido que uma próxima Assembleia Intermunicipal se pudesse realizar em Sines e que se pudesse ter o debate da questão com um ponto da ordem de trabalhos para que de facto a questão tivesse uma tomada de posição por parte da Assembleia Intermunicipal no futuro. Referiu ser um tema que, independentemente de as posições poderem não ser totalmente coincidentes, a todos convoca para a ação e para o envolvimento de forma profunda na discussão e na ação em matérias que têm, sem dúvida, uma importância fundamental para Sines. ----------

O Senhor Presidente Álvaro Beijinha, referiu que quanto às questões que foram levantadas e que a Senhora Presidente da Assembleia já mencionou, referiu pensar que os senhores estão atentos ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem informado, temo-lo feito de forma insistente e por isso é que também já espoletámos uma relação com o Governo através do Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Hélder Reis, que já esteve em Sines onde houve para além de Lisboa, uma reunião de trabalho com o Presidente da CCDR Alentejo, no sentido de, existir, e existe um compromisso do Governo, pelo menos verbal de que irão ajudar a todos, ao Município, de alocar recursos públicos, porque não faz absolutamente sentido nenhum um nível de investimento que não é esse, é bem maior, os projetos PIN que estão aprovados com calendarização, fala-se de investimentos na ordem de vinte e quatro mil milhões, referiu não estar a falar do que a Microsoft e outras empresas do mesmo ramo irão colocar dentro do Datacenter, porque só o Datacenter entre os oito ponto cinco mil milhões da obra e o resto são trinta mil milhões, é os números que fornecem.----------

Os grandes investimentos são geradores de muitas receitas fiscais que infelizmente não ficam para a Câmara Municipal, já agora, um parênteses, a Start Campus anunciou publicamente e fruto da nossa insistência já estão no processo, houve uma reunião em que informaram mudar a sede de Lisboa para Sines, começarem a pagarem Sines os seus impostos quando começarem a ter lucros e espera-se que tenham muitos lucros embora a parte do IRC que vai para as Câmaras Municipais é uma pequena parte, mas se gerarem muito, uma pequena parte se calhar passa a ser simpática. Naturalmente que tudo o que se consiga fazer de forma unida para consciencializar o Governo,

seja o atual, ou outro, para a importância daquilo que está a ocorrer em Sines, é positivo. O Senhor Presidente tem referido várias vezes paradoxalmente, que parece ser positivo, pois permitirá criar oportunidades de emprego, mas as pessoas em Sines basicamente só não trabalha quem não quer, porque existem imensas oportunidades de emprego, todos os dias vêm pessoas de fora para trabalhar, porque já não há mão-de-obra local. Aliás, o que está a acontecer paradoxalmente é que a população de Sines sente o preço da habitação muito mais caro, tudo é mais caro, sendo que como já aqui se falou na última Assembleia Municipal, cresce a sensação de insegurança, a dificuldade de encontrar lugares nas escolas para os filhos, ainda há dias, agora na última Presidência Aberta, uma empresa média, pequena e média nos informava que contrataram um engenheiro, era um casal, tentaram colocar os filhos na creche não conseguiram e foram embora. Não conseguiram creche para os filhos, foram embora e este é de facto um drama que só se resolve, não será com os doze milhões de euros de investimento que a Câmara Municipal tem para um ano, que é desde comprar uma caneta, uma garrafa de água, ou fazer uma obra. Não será seguramente com doze milhões de euros do erário Municipal que se vai resolver um problema. Pode-se ajudar a resolver e deve-se e referiu que a sugestão apresentada é pertinente. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos** agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal os esclarecimentos e continua a sua intervenção.----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Marisa Santos, apresentou uma proposta de moção à Assembleia Municipal para discussão no Período Antes da Ordem do Dia, tem a ver com a questão da ordem que a Junta de Freguesia de Porto Covo recebeu para a remoção dos exemplares arbóreos do largo Marquês de Pombal em Porto Covo. Percebeu-se que a Junta de Freguesia de Porto Covo estaria a tomar a decisão não por vontade própria ou por entender que seria a solução mais equilibrada, mas porque foi intimada a fazê-lo e, portanto, também procurou-se estudar um pouco a matéria e perceber de que forma é que se poderia contribuir para que essa questão pudesse ser reapreciada como se pensa que deverá ser. A Senhora Presidente passou a ler a proposta de moção.----------

"Assembleia Municipal de Sines acompanha com preocupação a intenção de proceder ao abate de exemplares arbóreos existentes no largo Marquês de Pombal em Porto Covo, na sequência da aplicação do regime jurídico relativo às espécies exóticas invasoras. O presente posicionamento não coloca em causa a importância das políticas públicas de proteção da biodiversidade nem questiona a classificação legal da espécie *Robinia Pseudoacacia* reconhecendo que a prevenção e

o controlo das espécies invasoras constituem instrumentos essenciais para a conservação dos ecossistemas naturais e para o cumprimento das obrigações ambientais assumidas por Portugal. Todavia, considera igualmente que a proteção do ambiente constitui uma realidade multidimensional exigindo que as decisões públicas sejam capazes de compatibilizar diferentes valores ambientais, sociais, culturais e patrimoniais, sobretudo quando estão em causa medidas irreversíveis. ----------

As árvores urbanas maduras desempenham funções reconhecidas pela comunidade científica internacional na regulação térmica dos espaços urbanos, na mitigação das ilhas do calor, na melhoria da qualidade do ar, no armazenamento de carbono e na promoção da qualidade de vida das populações. ----------

Estudos recentes demonstram que estes serviços ecossistémicos assumem importância crescente no contexto das alterações climáticas recomendando uma gestão particularmente criteriosa do património arbóreo urbano, situação acautelada na atual lei de bases do clima que impõe às entidades públicas um dever de promover a adaptação às alterações climáticas e de proteger as infraestruturas verdes urbanas. Por outro lado, a investigação científica especificamente dedicada à Robinia Pseudoacacia que descobrimos que é muita, evidencia que a gestão desta espécie não deve assentar exclusivamente na sua classificação legal, mas deve atender às características concretas de cada situação, aos impactos efetivamente observados, à capacidade local de dispersão e aos valores ambientais sociais e paisagísticos associados aos exemplares existentes. No caso concreto do largo Marquês de Pombal trata-se de exemplares implantados há várias décadas num espaço urbano consolidado, constituindo um elemento marcante da identidade paisagística de Porto Covo e desempenhando funções ambientais relevantes. ----------

Acresce que os exemplares existentes têm sido sujeitos há várias décadas a um regime de poda por rolagem, técnica de arboricultura urbana caracterizada pela remoção periódica e severa da copa, com o objetivo de controlar o corte da árvore e compatibilizar a sua permanência com o espaço urbano envolvente. Este tipo de condução condiciona profundamente o ciclo vegetativo, limitando o desenvolvimento da copa e reduzindo significativamente a capacidade de floração e frutificação, sendo a produção de sementes um dos principais mecanismos de dispersão da Robinia Pseudoacacia, impunha-se aferir em que medida este regime influenciou a capacidade reprodutiva efetiva dos exemplares e consequentemente o risco concreto da propagação da espécie a partir daquele núcleo arbóreo. ----------

Em rigor, a avaliação do potencial invasor não pode abstrair das condições concretas em que o mesmo se desenvolve e é gerido. Não resulta, porém, dos elementos conhecidos do processo que esta questão tenha sido objeto de avaliação técnica, apesar da sua evidente relevância para apreciação do risco ecológico em causa. ----------

A informação pública conhecida não permite conhecer que tenha sido realizada uma avaliação específica do risco ecológico, designadamente quanto à existência de processos ativos de dispersão da espécie, nem que tenham sido ponderados os benefícios ambientais atualmente proporcionados por estas árvores ou a eventual existência de soluções alternativas. ----------

A Assembleia Municipal entende, pois, que decisões desta natureza devem assentar numa fundamentação técnica exigente, refletindo uma ponderação equilibrada entre os diferentes interesses públicos em presença, em conformidade com os princípios da proporcionalidade, da necessidade e da boa administração que vinculam toda a atuação administrativa. Nestes termos, reunida em Sessão Ordinária, propõe-se que a Assembleia Municipal de Sines delibere: ----------

- Manifestar o seu reconhecimento pela importância da proteção da biodiversidade e da aplicação do regime jurídico das espécies invasoras. Considerar, contudo, que a remoção de exemplares arbóreos maduros inseridos em meio urbano consolidado deve ser precedida de uma avaliação técnica suficientemente desenvolvida que permita aferir os impactos ecológicos concretos; -------

- Solicitar às entidades competentes que promovam a reapreciação da situação relativa aos exemplares existentes no largo Marquês de Pombal, ponderando a realização de avaliação técnica complementar antes da execução de qualquer medida irreversível; ----------

- Defender futuras intervenções sobre o património urbano de reconhecida relevância paisagística ou identitária sejam precedidos de processos de avaliação técnica e de informação pública; -------

- Deliberar remeter a presente moção ao Ministério Público, ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, ao município de Sines que já fica aqui a tomar conhecimento caso esta moção venha a ser aprovada, à Junta de Freguesia de Porto Covo, à Agência Portuguesa do Ambiente e ao Provedor da Justiça".

Mais referiu que a Moção não tendo sido enviada para inclusão na Ordem do Dia, foi colocada **no Período Antes da Ordem do Dia** para discussão e votação da proposta de moção.

Deliberação: Aprovada por unanimidade. ----------

C - Assuntos da ordem do dia----------

Ponto 1: Apreciação e votação da ata da Sessão Solene da Assembleia Municipal Extraordinária realizada em 25-04-2026. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, referiu que "a ata foi disponibilizada e nesse sentido dispensa-se a sua leitura, uma vez que não houve intervenções, a ata foi colocada à votação. ----------

Deliberação: Aprovada por unanimidade. ----------

Ponto 2: Informação e expediente. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, explica que o respetivo ponto está relacionado com informação e expediente da própria Assembleia Municipal. ----------

"Uma informação relevante que tenho para partilhar convosco e que também já se aperceberam no início desta sessão da Assembleia Municipal, portanto, neste momento no Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA), estão duas novas funcionárias que prestarão também, não exclusivamente, mas também apoio à Assembleia Municipal e às sessões da Assembleia Municipal e, portanto, em primeiro lugar, dar as boas-vindas às novas funcionárias e desejar que tenham um trabalho profícuo ao serviço do município de Sines, certamente assim será e para nós membros da Assembleia Municipal será bastante positivo que este gabinete tenha sido reforçado para que nós também tenhamos mais condições para realizar o nosso trabalho. Todos nós temos a nossa vida profissional e, ao contrário dos outros órgãos autárquicos em que há um conjunto de pessoas que estão no exercício exclusivo daquelas funções, na Assembleia Municipal nenhum de nós está no exercício exclusivo destas funções e, portanto, torna ainda mais importante e mais relevante este apoio. Portanto, dar esta nota e desejar as boas-vindas à Dina Justo e à Mónica Sousa, pelo trabalho a desenvolver no nosso Município". ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu informação das principais representações institucionais ao longo deste período e isso é importante e é relevante também porque a Assembleia Municipal não tem meios de comunicação próprios e, portanto, não tem outra forma pelo menos para já, não tem outra forma de o fazer que não seja através das próprias sessões.----------

" A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, esteve presente nas comemorações do Dia do Comando Territorial de Setúbal da GNR, em que esteve presente também o senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna Paulo Ribeiro, estivemos presentes na apresentação do

nosso festival Músicas do Mundo que é também um projeto que naturalmente todos nós enquanto membros da Assembleia Municipal acarinhamos e reconhecemos, mais do que acarinhar reconhecemos a importância, portanto foi também com muito gosto que estive presente, estive também presente a convite do teatro do Mar na apresentação do seu novo espetáculo e que eu acho que teve uma dimensão extremamente relevante porque nos convocou à reflexão sobre questões que estão na ordem do dia, questões da nossa sociedade e da forma como nós nos relacionamos uns com os outros e de que modo é que a tecnologia também de algum modo contribui para alguma alienação e, portanto, é importante quando somos convocados a refletir sobre estas matérias. Estive também presente na comemoração do Dia Nacional do Pescador que foi feita pela Associação de Armadores também com o apoio do município e naturalmente que é sempre para Sines um momento e para todos os autarcas um momento de grande relevância, tendo em conta também a importância da pesca no nosso concelho e a necessidade que existe de continuarmos a apoiar os nossos pescadores e de continuarmos a lutar por melhores condições na pesca e por melhores condições de vida também desta classe profissional. ----------

Também esteve presente na apresentação da nova alfândega de Sines, com a presença do senhor Ministro das Finanças que é um momento também de particular importância para Sines, porque embora pareça paradoxal, a verdade é que Sines não tinha esta estrutura no seu território apesar da importância do seu porto e, portanto, é uma ótima notícia para Sines. Também esteve presente na conferência Impulso Local promovida pelo jornal Económico e que foi também um momento muito relevante e muito importante de reflexão exatamente sobre estas matérias que o deputado Gil também trouxe aqui à colação e que o senhor Presidente também já se referiu. A Assembleia Municipal esteve também institucionalmente representada no primeiro fórum IPS Território Sustentável que aconteceu esta semana, através do Sr. deputado João Soares, segundo secretário, tendo em conta que a Presidente estava presente na sessão noutra qualidade e, portanto, entendi que devia pedir a outro elemento da mesa que estivesse presente exclusivamente em representação da Assembleia Municipal e foi também um momento muito gratificante de apresentação da nova escola, mas mais do que isso da reflexão do papel do conhecimento nesta discussão que estamos a ter que muitas vezes falamos muito de questões físicas, materiais, edifícios, habitação e o conhecimento é o edifício se calhar mais relevante para que todos estes processos tenham sucesso e ter sucesso significa reverter qualidade de vida para a nossa população. ----------

Deu nota que na sequência da aprovação na última Assembleia Municipal da estrutura das comissões especializadas da Assembleia Municipal para este mandato, portanto já estão constituídas, todas as forças políticas já apresentaram os nomes para a constituição das comissões e, portanto, para a Comissão de Desenvolvimento Económico e Ambiente estará o senhor deputado Hélder Guerreiro da CDU, do MAIS senhor deputado Paulo Freitas, pelo Partido Socialista, o deputado Ricardo Baltazar, da AD, o deputado André Luz. Para a Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Mobilidade, senhora deputada Antonieta Lopes em representação da CDU, em representação do MAIS deputado Gil Gonçalves, do Partido Socialista, senhora deputada Vânea Anjos e da AD o senhor deputado Augusto Filipe. Relativamente à Comissão de Assuntos Sociais, senhor deputado Ricardo Rodrigues da CDU, a senhora deputada, Soraia Pereira do MAIS, a senhora deputada Amélia Nune,s do Partido Socialista e a senhora deputada Ana Rita Cruz, da AD. Portanto, as comissões estão constituídas. Nos termos do regimento cabe-me agora promover pela realização da primeira reunião de cada uma destas comissões e concomitantemente também da tomada de posse dos respetivos membros, portanto irei na sequência desta reunião proceder a essa convocatória para a tomada de posse e realização da primeira reunião na qual depois se realizará também a eleição relativamente à coordenação e ao secretariado destas comissões. ----------

Por fim, deu nota de que por acordo dos elementos da Comissão Permanente da Assembleia Municipal foi decidido que a Assembleia Municipal será representada no Conselho Municipal da Educação por mim própria, portanto na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal".-------

---

Ponto 3: Apresentação por parte do executivo da Câmara Municipal de Sines, das principais conclusões das presidências abertas, promovidas pela Câmara Municipal. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos,** explicou que hoje nas intervenções Antes da Ordem do Dia já foram referenciadas algumas ações no âmbito destas presidências abertas e, portanto, acharam que era também importante que a Câmara Municipal tivesse um espaço reservado para apresentar as principais conclusões destas ações que naturalmente são importantes do ponto de vista do contacto com as populações. ----------

---

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Álvaro Beijinha**, prestou esclarecimentos sobre o ponto em discussão. Já tinha informado a senhora Presidente da Assembleia Municipal, que esse

é um ponto que foi introduzido pela própria mesa da Assembleia Municipal. Informou que será uma iniciativa que a Câmara Municipal pretenderá realizar, porque será uma forma de gestão Autárquica de proximidade às populações e de enriquecermos o nosso conhecimento sobre a realidade do Concelho nas suas várias vertentes. Mais acrescentou que foi uma prática que foi efetuada, não doze anos porque no ano da pandemia não foi possível efetuar fazer presidências abertas, enquanto exerceu funções em Santiago do Cacém como Presidente da Câmara Municipal e por isso mais do que estar aqui a dizer muita informação, referiu estar à disposição daquilo que os senhores deputados entenderem questionar. ----------

---

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, esclareceu que "este ponto não tinha como objetivo a apresentação de uma listagem exaustiva das reuniões efetuadas e respetivas conclusões, mas antes uma perceção geral dos principais problemas elencados e propostas de solução, desde logo, para as quais a ação da Assembleia Municipal possa, de algum modo, contribuir. Mas se a Câmara entende que não há nenhuma informação que queira partilhar com a Assembleia Municipal, nós registamos e questiono então os senhores deputados se alguém se quer inscrever neste ponto da ordem de trabalhos". ----------

---

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, interveio para corrigir o que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal acabou de referir, informando que não se partilhava qualquer informação, referiu sim, que informou que se encontram à disposição para colocarem questões. Mais acrescentou que três semanas de trabalho de manhã ao final do dia e resumir todo trabalho efetuado nas várias vertentes na reunião de Assembleia Municipal, não seria viável.----------

Houve reuniões no âmbito da educação, uma reunião no Porto Covo nas suas diversas vertentes e outra reunião dedicada ao mar. Acrescentou ser difícil sistematizar uma informação a esse nível, aliás, até porque a iniciativa foi pública, foi publicamente divulgado o programa, mencionando quem visitaram e reuniram. Sugeriu que os deputados colocassem as questões que pretendessem.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, referiu que gostaria de perguntar, porque essa foi uma questão também que foi colocada. Em relação, por exemplo à Presidência Aberta mais dedicada ao mar, não foi realizada uma reunião específica com a Associação de Armadores, seguramente há-de ter um motivo para que isso não tenha acontecido e pensou que seria importante também que nós saibamos, tendo em conta que é uma associação que

representa os armadores e, portanto, tem uma importância no âmbito desta matéria do mar e à partida faria sentido que também houvesse essa reunião. Não tendo havido, gostaria de perguntar porque é que essa reunião não se realizou e já agora também sendo um setor tão importante e que às vezes acaba por ser um setor do qual falamos menos vezes aqui na Assembleia Municipal porque não é uma competência direta da Câmara Municipal, também questionar quais foram as principais preocupações que foram reveladas nessa Presidência Aberta específica. ----------

---

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, respondeu às questões colocadas pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. A razão principal é que a Câmara Municipal teve uma reunião com a Associação de Armadores dois meses antes e após essa reunião estiveram no Dia do Pescador onde a Senhora Presidente da Assembleia mencionou que esteve e que nesse encontro, ainda que fosse um encontro de convívio informal, também ouve a oportunidade para falar não só com alguns membros da associação, mas também com pescadores. O Senhor Presidente referiu que, não reuniram com a Resgate, com a associação de Surf de Sines, que também são associações ligadas ao mar, porque também a Câmara Municipal tinha reunido com estas associações, no caso da associação de Surf até já duas vezes e por entendeu-se que poderíam dedicar mais o tempo a quem não tivesse havido. Naturalmente que será um critério da Câmara Municipal, e cada um fá-lo-ia seguramente de forma diferente. ----------

As Presidências Abertas, serão efetuadas todos os anos, poderá haver alguma rotatividade nas temáticas, mas esta, por exemplo, ligada ao mar terá uma ideia muito concreta e pretende-se que seja efetuada pelo menos neste mandato todos os anos e por isso para o ano haverá seguramente oportunidade de visitar empresas, outras que não foram visitadas este ano, felizmente existem muitas, tal como outras entidades ou associações que tenham aqui uma ligação ao mar. ----------

Quanto à questão das preocupações, evidenciou-se as mais institucionais, nomeadamente com a Capitania do Porto de Sines e com a GNR pela falta de meios pessoais ou viaturas e de meios para poderem desempenhar o seu trabalho.----------

As próprias empresas queixam-se muito e principalmente da carga fiscal, a carga fiscal em Portugal é de facto muito pesada. Acrescentou que são as questões principais de preocupação-----

---

A deputada **Soraia Pereira** (MAIS), referiu que sabendo que houve uma das Presidências Abertas dedicada ao tema da educação, gostaria que lhe explicassem porque é que a Câmara Municipal

esteve ausente e não teve qualquer representatividade na reunião de Conselho Geral da Escola Secundária Poeta Al Berto. ----------

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha,** questionou a senhora deputada Soraia Pereira se foi na semana das Presidência Abertas. ----------

A deputada **Soraia Pereira** (MAIS), afirmou não saber se coincidiu com a semana dedicada à educação. Em todo o caso, referiu que seria pertinente ter representatividade da Câmara Municipal no Conselho Geral. ----------

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, concordou com a Senhora deputada Soraia Pereira, informando que, como em qualquer outra reunião importante e infelizmente às vezes por questões de agenda não se consegue estar presente, e referiu não entender a relação das situações, pois, foi uma semana dedicada ao tema da Educação. ----------

A deputada **Soraia Pereira** (MAIS), referiu que essa reunião coincide com uma das semanas da Presidência Aberta. ----------

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha,** informou não ter conhecimento, pois não representa o Município nessa reunião. ----------

A Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Sines **Fernanda Duarte**, explicou que o Município está devidamente representado nos dois Conselhos Gerais existentes, no Agrupamento de escolas de Sines e da escola secundária. Informou que no Agrupamento de escolas quem representa o Município é a própria, a Chefe de Divisão da Educação e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo e na escola Secundária, é a própria, a Chefe de Divisão da Educação e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sines. ----------

Mais acrescentou que, reunião do Conselho Geral em questão não ocorreu na semana da educação, mas por uma questão de impossibilidade de agenda, foi marcada para um dia e uma hora em que houve outros compromissos, entretanto, já houve mais reuniões e a Câmara Municipal tem estado sempre presente. ----------

---

Ponto 4: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines referente à abertura de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 2º e 3º grau. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, passou a palavra ao presidente da Câmara Municipal de Sines para apresentar o ponto em discussão. ----------

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, referiu que o ponto tem a ver com o Processo de Reestruturação Orgânica da Câmara Municipal. Do ponto de vista legal têm que ser abertos os concursos no prazo de noventa dias após a nomeação provisória dos dirigentes e a Assembleia Municipal terá a competência legal para o efeito. ----------

---

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), referiu que aproveitava o ponto para questionar o Senhor Presidente, e ficarem esclarecidos sobre o respetivo ponto.----------

Solicitou ponto de situação relativamente, em que estado se encontra a reestruturação, se está conclusa, se as pessoas estão colocadas, se haverá mais alterações, se será só uma questão burocrática, considera que a reestruturação foi um sucesso. ----------

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, informou que o processo formal da reestruturação foi aprovado na Assembleia Municipal e encontra-se em vigor desde o dia 1 de junho.----------

Informou que os cargos não foram todos ocupados, foram nomeados um conjunto de dirigentes para ocuparem os lugares, nem todos esses lugares foram ocupados, essa nomeação será provisória até que sejam abertos os concursos públicos e depois haverá um concurso público em que as pessoas que atualmente exercem as funções podem ou não concorrer e podem naturalmente concorrer todos aqueles que reúnam os requisitos que a lei exige para este tipo de cargo e depois, haverá um júri e as pessoas serão selecionadas em função do mérito. ----------

Acrescentou que o sucesso só se fará no final, pois o processo encontra-se no início. ----------

Do ponto de vista do objetivo a Câmara Municipal, cumpriu o que era uma das prioridades e em sete meses conseguiu-se colocar em funcionamento aquilo que era a perspetiva da Câmara Municipal, com a participação ativa, em particular os dirigentes que já estavam em funções na Câmara Municipal e que muitos deles continuaram e por isso, desse ponto de vista sim, considera-se que é muito importante e determinante naquilo que será a perspetiva de trabalho autárquico na Câmara Municipal. ----------

Deliberação: Aprovada por unanimidade. ----------

Ponto 5: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente à abertura de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 1º grau. ----------

A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Sines **Marisa Santos**, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para dar explicações sobre o ponto em análise. ---------

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, referiu que são de direção intermédia de 1º grau, dentro do contexto que descreveu. ----------

Deliberação: Aprovada por unanimidade. ----------

Ponto 6: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente à prestação de contas consolidadas de 2025. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para efetuar a apresentação do ponto em discussão. ----

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, explicou que na última Assembleia Municipal foi aprovada a prestação de contas, mas uma vez que a Câmara Municipal tem a Associação Sines Tecnopolo, a Associação das Artes e o próprio Município tem uma pequena participação. Do ponto de vista legal terá que se submeter novamente a apreciação das contas já incorporando estas três associações. ----------

Deliberação: Aprovada por maioria, com 8 votos a favor da CDU, 6 abstenções do MAIS, 5 votos a favor do PS, com declaração de voto do deputado Pedro Lança (PS), 3 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do Chega. ----------

DECLARAÇÃO DE VOTO. Foi apresentada pelo Senhor deputado Pedro Lança do PS, a seguinte declaração de voto: "Relativamente às contas consolidadas, cumpre-nos assumir uma postura de coerência e responsabilidade pelo trabalho construído no nosso concelho. Analisando este documento há duas coisas que saltam logo à vista. O excelente desempenho financeiro e operacional da Sines Tecnopolo e da escola de música do litoral alentejano, duas entidades que no passado constituíram um peso financeiro para o município e sejamos honestos, estes resultados não caíram do céu. Eles são o reflexo direto de uma gestão rigorosa, planeada e responsável dos recursos públicos. Este relatório de contas só prova que a estratégia de consolidação orçamental funcionou, deu ao nosso município bases sólidas para o futuro sem nunca deixar para trás o impacto brutal que estas duas entidades têm na inovação, na economia e na cultura da nossa região.

A verdade é que as contas consolidadas mostram que o atual executivo herdou uma autarquia financeiramente saudável. Com esta solidez financeira só é possível graças ao rigor e à responsabilidade praticada anteriormente, votaremos de forma favorável".----------

---

Ponto 7: Apreciação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente aos documentos da certificação legal de contas emitidos pela revisora oficial de contas do município de Sines.----------

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), referiu que gostaria que fosse dada alguma explicação por parte do Executivo ou pelo Dr. Ricardo Barbosa a todos os presentes, para que percebessem melhor o porquê da posição tomada pelo ROC. ----------

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha,** informou que, basicamente não será cumprida uma premissa do ponto de vista legal, nomeadamente a forma do cumprimento do normativo contabilístico e como tal, a ROC não valida nesse aspeto porque a associação não cumpriu. ------

Referiu que foram confrontados com essa situação e foi muito claro, para que para o ano e não houvesse essa falha. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, referiu ter essa mesma questão para colocar. Gostaria de entender se estando a situação identificada, se em relação ao futuro se a mesma está resolvida e também questionar, porque não acompanhou as prestações de contas consolidadas nos últimos anos, a atuação dos ROC que antecederam, ou seja se tiveram esta mesma postura em anos anteriores, se têm essa informação, talvez o Dr. Ricardo Barbosa, possa responder. ----------

A situação de não cumprimento essa será crónica certamente, a questão é o posicionamento do revisor oficial de contas, se tem sido sempre esta a posição, se tem sempre havido esta escusa de opinar, ou se pelo contrário outros revisores, não obstante o incumprimento se terão pronunciado.

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, referiu passar a palavra ao Dr. Ricardo Barbosa ----------

O técnico da Câmara Municipal de Sines **Ricardo Barbosa**, referiu que, se repararem, o ano passado a conta veio certificada com reserva, portanto, e, já falando nessa situação, mas o entendimento não é generalizado. Se repararem a conta da Sines Tecnopolo está certificada, o revisor oficial de contas certificou a conta, o normativo contabilístico que do nosso ponto de vista,

tanto meu, como da nossa ROC não é o aplicável para aquela associação. A associação a partir do momento em que aparece na lista das entidades do setor público deverá utilizar o normativo contabilístico do SNCAP. O ROC do Sines Tecnopolo não acha a mesma coisa, o Sines Tecnopolo aplica o sistema normativo normal e a escola das artes não tem revisor oficial de contas e usa o setor não lucrativo. Portanto, é uma questão que vai ter que ser dirimida, o senhor Presidente já deu orientações para este ano resolverem essa situação, portanto vamos aguardar que para o ano tudo esteja regularizado. ----------

Foi tomado conhecimento do referido ponto. ----------

Ponto 8: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente ao relatório final da estratégia de reabilitação urbana. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta aos senhores deputados e ao senhor Presidente se querem intervir sobre este assunto. ----------

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação. ----------

Deliberação: Aprovado por unanimidade, com declaração de voto do deputado Fernando Martins (PS). ----------

DECLARAÇÃO DE VOTO: Foi apresentada pelo deputado Fernando Martins do PS, a seguinte declaração de voto. "A aprovação da estratégia de reabilitação urbana ERU do centro histórico de Sines é um passo crucial para o futuro da nossa cidade, mas exige o dito rigor histórico e político sobre a sua génese. A estratégia, que agora se materializa com a delimitação da área de reabilitação urbana, ARU, e o programa de ação de operação de reabilitação urbana ORU, visa na sua essência reverter a degradação do edificado e potenciar a revitalização económica e social do nosso núcleo antigo. Contudo, importa sublinhar que este documento não nasce no vazio, nem resulta de um pulso isolado do ato do executivo da CDU. Este instrumento estratégico foi idealizado, estruturado e desenvolvido pelo Partido Socialista. ----------

A ERU faz parte de um conjunto coerente de instrumentos de gestão do território iniciados anteriormente. ----------

O processo começou com o pioneiro estudo de mobilidade e a carta de qualificação da cidade desenharam o diagnóstico que hoje serve de base a este instrumento. Embora a aprovação formal aconteça agora sobre a gestão da CDU, a autoria técnica, a visão política e o desenho estrutural pertencem ao trabalho que o PS idealizou. No nosso caso específico, esta operação é

favoravelmente dirigida aos proprietários privados, chamando-os a ser agentes ativos na renovação da cidade. ----------

Cabe ao município a qualificação do espaço público e a preservação da matriz arquitetónica e identitária do nosso centro histórico. Reabilitar o centro é fixar comércio local, atrair novos residentes e combater o despovoamento da zona histórica. É fundamental dar a máxima publicidade aos incentivos associados a este plano, nomeadamente às taxas reduzidas de IVA para obras e aos mais benefícios fiscais. ----------

Os proprietários devem ser apoiados e orientados para os fundos e linhas de financiamento disponíveis para a reabilitação ----------

Em conclusão, o PS vota favoravelmente e congratula-se com este passo que é um projeto e de grande importância para Sines, demonstra que o PS sempre teve e continua a ter uma visão de futuro planeada e sustentável para Sines. ----------

Esperamos agora que a CDU proceda com eficácia na aplicação prática desta estratégia, proximidade no apoio aos proprietários privados e celeridade na qualificação do espaço público que a cidade de Sines precisa". ----------

---

Ponto 9: Apreciação da atividade bem como da situação financeira do município de Sines, nos termos da alínea c) nº. 1 do artigo 2º e do artigo 19º do regimento da Assembleia Municipal de Sines. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para prestar esclarecimentos sobre o ponto em discussão. Não houve questões por parte dos deputados.

Foi tomado conhecimento do referido ponto e apreciada a atividade.----------

---

O Secretário da Assembleia Municipal de Sines, João David Plácido Soares passou a ler a minuta da ata a qual foi votada e **aprovada por unanimidade.**----------

Sines, 26 de junho de 2026

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

A Presidente da Assembleia Municipal de Sines

(Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos)

1ª Secretário

(João David Plácido Soares)

2ª Secretária

Soraia Pereira

(Soraia Cristina Pinela Brites Pereira)